

**Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal de 2026,
realizada no dia 27 de janeiro de 2026.**

ATA N° 01/2026 – Conselho Fiscal

Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal de 2026, realizada no dia 27 de janeiro de 2026.

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, às onze horas, foi realizada de forma híbrida, na sede da Autarquia Previdenciária do Município do Ipojuca - IpojucaPrev e pela plataforma Microsoft Teams, através do link repassado a todos os membros titulares e suplentes dos órgãos colegiados do IpojucaPrev, a primeira reunião ordinária do Conselho Fiscal do ano de dois mil e vinte e seis.

Desta forma, participaram da reunião:

Wallyson Diógenes, representante da empresa Lema Economia & Finanças; o Presidente do Conselho Deliberativo, Marcos Paulo Alves Cavalcanti de Oliveira, e os demais membros titulares e suplentes do Conselho Deliberativo: Maria De Lourdes Celestino Muniz De Souza, e Joaldo José da Silva; o Presidente do Conselho Fiscal, Márcio Fernando Soares da Silva e os demais membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal: Anderson Jofre Gomes Da Silva, Gabriela Farias Gomes Bezerra Veras, Adricléia Ramos Silva Oliveira e João Luiz da Silva; o Presidente do Comitê de Investimentos, Marcelo Vilas Boas Marinheiro Da Silva, e os demais membros titulares e suplentes do Comitê de Investimentos: Anderson Jofre Gomes Da Silva, Agrinaldo Araújo Júnior, Vanusa Souza Nascimento Oliveira, Márcio Fernando Soares da Silva, Tacyto Themystocles Morais De Azevedo, Maria De Lourdes Celestino Muniz De Souza e Aline Melo De Freitas; o Diretor de Investimentos do IpojucaPrev e Membro Titular do Comitê de Investimentos, Sr. José Carlos van der Linden; e o Presidente Executivo do IpojucaPrev e Membro Titular do Comitê de Investimentos, Sr. Eduardo José da Silva.

Destaca-se que com o objetivo de externar e demonstrar as ações que estão sendo executadas e priorizando sempre o contínuo desenvolvimento do IpojucaPrev e consequentemente da Diretoria de Investimentos, foram convidados todos os membros titulares e suplentes de todos os Órgãos Colegiados do IpojucaPrev para acompanhar a reunião. Com o quórum suficiente de membros, a reunião foi iniciada e conduzida pelo Diretor de Investimentos, Sr. José Carlos van der Linden, que primeiramente agradeceu a participação dos membros presentes. A reunião teve como objetivo principal informar e deliberar sobre fatos relevantes referentes à Diretoria de Investimentos e demais atividades pertinentes do IpojucaPrev, visando à maior transparência e o melhor desempenho da autarquia, contendo as seguintes pautas:

- 01 - Apresentação dos Resultados e do Relatório de Acompanhamento da Política de Investimento - Dezembro/2025;**
- 02 - Proposta de Alocação para Fevereiro/2026;**
- 03 - Atualização/Credenciamento das Instituições e Produtos de Investimento;**
- 04 - Atualização da Política de Investimentos para o ano de 2026;**
- 05 - Proposta de Calendários de Reuniões dos Órgãos Colegiados para o ano de 2026;**

**Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal de 2026,
realizada no dia 27 de janeiro de 2026.**

**06 - Fim do Mandato e Renovação das portarias dos Conselhos Deliberativo e Fiscal do IpojucaPrev;
07 - Prestação de Contas do mês de Dezembro/2025 – Diretoria Administrativa Financeira.**

O Sr. Marcelo Marinheiro começou fazendo uma breve apresentação de todos os assuntos que seriam expostos ao decorrer da reunião, conforme as pautas que tinham sido enviadas previamente por e-mail, juntamente com os documentos pertinentes.

01 - Apresentação dos Resultados e do Relatório de Acompanhamento da Política de Investimento -

Dezembro/2025: A pauta foi conduzida pelo Sr. Marcelo Marinheiro. Primeiramente, foi feita uma apresentação sobre o cenário econômico e político externo e interno e como esses fatos impactaram os fundos de investimentos contidos na carteira, além de evidenciar as expectativas do mercado para o futuro, seguindo as perspectivas dos analistas expondo o cenário nacional e internacional. Depois do cenário econômico, foi apresentado o fechamento da carteira no mês de novembro, a posição dos investimentos, sua disponibilidade para resgate, sua carência, o saldo no final de novembro, a participação do fundo previdenciário sobre o total das aplicações dos fundos de investimentos, a quantidade de cotas, a relação entre o investimento no fundo e a participação sobre o patrimônio líquido do FUNPREI e o seu enquadramento de acordo com a Resoluções CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021 e a Política de Investimentos do IpojucaPrev.

O ano de 2025 foi marcado por um cenário global permeado por incertezas, com crescimento modesto nas principais economias e elevação de tensões geopolíticas e comerciais. Apesar disso, o desempenho dos ativos financeiros domésticos foi, em geral, positivo. No Brasil, a atividade desacelerou de forma moderada ao longo do ano, mas com sustentação vinda do setor de serviços e de um mercado de trabalho ainda resiliente, o que manteve a renda e o consumo no período.

O principal vetor doméstico seguiu sendo a combinação entre incerteza fiscal e política monetária restritiva. O patamar de juros permaneceu contracionista, com o Copom sinalizando cautela e dependência de dados para garantir a convergência da inflação à meta. A transição na presidência do Banco Central gerou, em um primeiro momento, incerteza por parte do mercado quanto à condução da política monetária. Entretanto, a atuação do BC mostrou continuidade de uma postura ortodoxa e comprometida com o regime de metas, o que foi bem recebido pelos agentes de mercado.

A inflação apresentou melhora no fechamento do ano e encerrou 2025 em 4,26%, dentro do intervalo de tolerância da meta, embora com episódios de pressão ao longo do caminho, especialmente em itens mais voláteis do IPCA. O resultado foi uma desinflação parcial, suficiente para reduzir parte do risco de deterioração adicional do cenário, ainda que insuficiente para eliminar a necessidade de prudência, diante especialmente da persistência das incertezas fiscais, que continuaram a pressionar os prêmios de risco e a

**Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal de 2026,
realizada no dia 27 de janeiro de 2026.**

provocar oscilações na curva de juros em determinados momentos, sobretudo nos vértices intermediários e longos, com impacto sobre ativos de maior duration.

No exterior, o ano de 2025 combinou decisões monetárias relevantes e tensões comerciais e geopolíticas. Nos Estados Unidos, o PIB recuou no primeiro trimestre, mas demonstrou recuperação nos períodos seguintes. A inflação permaneceu elevada e acima da meta do Federal Reserve (Fed), pressionada por políticas tarifárias. O mercado de trabalho apresentou fragilidade ao longo do ano, ao mesmo tempo em que se observaram sinais de arrefecimento em indicadores de atividade, o que abriu espaço para cortes graduais de juros no segundo semestre, sem caracterizar um ciclo agressivo, ainda que episódios como o shutdown tenham dificultado a leitura dos dados econômicos.

Na Europa, o desempenho econômico se mostrou mais resiliente do que o esperado. Mesmo em um cenário adverso, a região sofreu menos do que as projeções indicavam, mantendo a inflação comportada mesmo diante de um quadro tarifário desafiador. Esse contexto permitiu maior estabilidade na condução da política monetária, sem movimentos abruptos, e revisões positivas nas projeções de crescimento do PIB ao longo do ano, ainda que em patamar moderado.

Na China, a conjuntura econômica permaneceu desafiadora, com perda de força do consumo interno e efeitos ainda relevantes da crise imobiliária. A inflação ao consumidor ficou negativa durante boa parte do ano, com apenas uma leve recuperação no final do período, enquanto os preços ao produtor seguiram em deflação, evidenciando excesso de capacidade frente a demanda enfraquecida. Apesar dos estímulos adotados pelo governo, incluindo medidas voltadas ao consumo, a resposta da economia foi limitada. Ainda assim, mesmo diante dessa conjuntura estrutural, o país seguiu em busca de alcançar a meta de crescimento de 5% estipulada pelo governo, sustentado por políticas direcionadas e apoio estatal.

Acerca do desempenho dos investimentos em 2025, na renda fixa nacional os melhores resultados concentraram-se nos índices prefixados, com destaque para os de maior duration, com o IRF-M 1+ e o IRF-M avançando 20,07% e 18,22%, respectivamente. Os ativos mais conservadores, como CDI (14,31%) e IRF-M 1 (14,76%), seguiram com desempenho robusto, superando a meta atuarial com baixa volatilidade. Já os índices indexados à inflação registraram desempenho mais moderado, mas também com retornos aderentes à meta atuarial, com destaque para os de maior duration, que apresentam volatilidade mais elevada.

Na renda variável, o Ibovespa se destacou positivamente, acumulando alta de 33,95%, impulsionado, entre outros fatores, pelo fluxo estrangeiro observado ao longo do ano. No exterior, o S&P 500 avançou 16,39%, sustentado sobretudo pelas expectativas em torno do setor de tecnologia, com destaque para ativos relacionados à inteligência artificial. O Global BDRX, por sua vez, registrou retorno mais moderado, de

**Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal de 2026,
realizada no dia 27 de janeiro de 2026.**

8,42%, impactado pela desvalorização do dólar frente ao real durante o ano, que apresentou variação de - 11,18%.

Também foi mostrada a distribuição por segmento, por artigo/resolução, por instituição gestora, por administrador e subsegmento, o retorno dos investimentos, a volatilidade dos ativos, e as rentabilidades dos seus respectivos benchmarks, o retorno dos investimentos após as movimentações de aplicações e resgates no mês de novembro, as aplicações e os resgates que foram feitos no mês de novembro, o saldo atual, o retorno mensal e anual tanto da carteira como da meta atuarial, o GAP entre elas e o VaR, a evolução patrimonial do FUNPREI, os dados e gráficos de comparação entre a rentabilidade mensal da carteira do FUNPREI de 0,74% (acumulada no ano de 13,89%) e da meta atuarial de 0,75% (acumulada no ano de 9,69%).

Foi demonstrada as principais alterações na carteira durante o ano de 2026, demonstrando que houve o aumento das aplicações em CDI, subindo a participação da carteira de 20% em janeiro para 30% em dezembro, aproveitando a alta da taxa SELIC e aumento da compra direta de Título Público Federal, subindo de 23% da carteira para quase 34%, aproveitando as altas taxas oferecidas no mercado para conseguir papéis que garantam a meta no longo prazo. Foi demonstrado também o desempenho em 12 meses (gap de 4,20% em relação à meta), 24 meses (gap de 2,41% em relação à meta) e 36 meses (gap de 7,32% em relação à meta).

O Relatório Mensal de Acompanhamento da Política de Investimentos foi aprovado por unanimidade pelos membros presentes do Comitê de Investimentos e seguiu para análise do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. Os membros do Conselho Fiscal presentes na reunião aprovaram por unanimidade o relatório.

02 - Proposta de Alocação para Fevereiro/2026: Diante do cenário econômico abordado anteriormente, foi apresentado um estudo realizado pela empresa de consultoria LEMA em parceria com a Diretoria de Investimentos do IpojucaPrev, tendo como finalidade direcionar os recursos oriundos dos repasses mensais dentro de uma estratégia que equilibra risco e retorno.

A presente proposta tem como objetivo orientar a alocação dos recursos oriundos dos repasses mensais dentro de uma estratégia que preserve o equilíbrio entre risco e retorno, assegure aderência às diretrizes da Política de Investimentos vigente e promova o alinhamento gradual à Resolução CMN nº 5.272, de 2025, cuja vigência se inicia em 08 de fevereiro de 2026.

O cenário econômico segue marcado por volatilidade e incertezas, que limitam a atratividade de ativos de maior risco e de estratégias de renda fixa com maior duration. No entanto, o ambiente doméstico permanece favorável para alocações conservadoras, em função do elevado patamar da taxa Selic, atualmente em 15,00% ao ano, com expectativa de se manter em níveis de dois dígitos ao longo de 2026. Além disso, embora o IPCA ainda se situe acima da meta, a inflação apresentou desaceleração relevante

**Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal de 2026,
realizada no dia 27 de janeiro de 2026.**

ao longo de 2025, encerrando o ano abaixo do limite superior do intervalo de tolerância. Nesse contexto, entende-se que ativos de menor risco, especialmente aqueles referenciados ao CDI e ao IRF-M 1, tendem a seguir entregando rentabilidades superiores à meta atuarial em 2026, com baixo risco de mercado, elevada liquidez e maior previsibilidade de resultados.

Com isso, recomenda-se que os novos recursos sejam direcionados ao fundo TREND PÓS-FIXADO FIC FI RF SIMPLES. A recomendação fundamenta-se em seu histórico consistente, combinado ao ambiente de juros elevados anteriormente citado, no qual o fundo mantém boa aderência ao CDI, com baixo risco associado à estratégia e liquidez diária, conferindo maior flexibilidade para eventuais ajustes futuros na carteira. No comparativo de desempenho, observa-se que os fundos analisados apresentam resultados muito próximos entre si e alinhados ao CDI, refletindo comportamento homogêneo entre os produtos. Do ponto de vista de risco, todos os fundos apresentaram níveis de volatilidade semelhantes e compatíveis com o segmento. Parte desse alinhamento decorre do enquadramento regulatório comum, uma vez que todos os fundos avaliados estão classificados no artigo 7º, inciso I, da Resolução CMN nº 5.272, correspondente ao antigo artigo 7º, inciso I, alínea b, da Resolução CMN nº 4.963/2021, contemplando fundos com alocação integral em títulos públicos federais, o que resulta em elevada correlação com o CDI.

Adicionalmente, sob o aspecto operacional, o fundo da XP apresenta maior eficiência para a execução da estratégia, especialmente no que se refere à flexibilidade para futuras realocações voltadas a novas aquisições diretas em títulos públicos, fator que motivou sua priorização nesta recomendação. Por fim, ressalta-se que a alocação proposta observa integralmente os limites e diretrizes estabelecidos na Resolução CMN nº 5.272/2025, mantendo a carteira compatível com um perfil conservador e com o atual contexto macroeconômico e regulatório.

patamar da taxa Selic, a estratégia amplia a contratação de taxa real de longo prazo, reforçando o alinhamento da carteira às obrigações previdenciárias de longo prazo do passivo atuarial e às diretrizes estabelecidas pelo Estudo de ALM 2025.

Foi explicado que a movimentação também estaria aderente à nova regulamentação dos investimentos implantada pela Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025, conforme pauta 4 abordada nessa reunião. Pois a sugestão seria pela aplicação em Título Públicos Federais, estratégia de alocação aderente aos RPPS sem certificação do pró-gestão e de acordo com o informe inicial elaborado pelo DRPPS/SRPC como forma prestar as primeiras orientações sobre a aplicação da nova Resolução CMN nº 5.272, no qual, independente da Política para 2026 não ter sido ainda aprovada.

Ressaltamos que o estudo de alocação tomou como base a posição dos investimentos do FUNPREI, os valores atualmente disponíveis em conta na data próxima à reunião, assim, poderão ter valores defasados por conta de valorização ou desvalorização das cotas dos fundos em carteira, com base na Resolução CMN nº 4.963/2021.

**Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal de 2026,
realizada no dia 27 de janeiro de 2026.**

APLICAÇÕES PARA FEVEREIRO DE 2026

RESGATES			
ENQUADRAMENTO	CNPJ	FUNDO	VALOR
-	-	REPASSES PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 5.000.000,00
TOTAL			R\$ 5.000.000,00

APLICAÇÕES			
ENQUADRAMENTO	CNPJ	FUNDO / ATIVO	VALOR
Artigo 7, Inciso I Resolução 5.272/2025	26.559.284/0001-44	TREND PÓS-FIXADO RESP LIMITADA FIC RF SIMPLES	R\$ 5.000.000,00
TOTAL			R\$ 5.000.000,00

A proposta de alocação de recursos foi aceita por unanimidade dos membros do Comitê de Investimentos presentes na reunião e seguiu para análise do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. Os membros do Conselho Fiscal presentes na reunião aprovaram a proposta encaminhada pelo Comitê de Investimentos.

O fundo CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES RESP LIMITADA FIF CIC RF SIMPLES, utilizado como gestão de caixa ao fazer aplicações e resgates automaticamente, de acordo com a necessidade, ainda está em processo de convocação de Assembleia Geral Extraordinária para passar do enquadramento Art. 7, Inciso V na resolução 5.272/2025 (Art. 7º, Inciso III, alínea 'a' na resolução 4.693/2021) para o enquadramento Art. 7, Inciso I (Art.7, Inciso I, b na resolução 4.693/2021). Estando, portanto, desenquadrado para novas aplicações temporariamente. Ao procurar a Caixa Asset para saber sobre esse processo de alteração do regulamento, fomos informados pela gerente, Carla Lima, que a carteira do fundo estaria formada 100% por Títulos Públicos Federais, mas que o fundo estaria com o regulamento alterado até o começo de março. Por segurança, ficou definido que as aplicações e resgates automáticos seriam desativados temporariamente, até o reenquadramento do fundo. Os recursos disponíveis no dia 27 de janeiro de 2026, que são de aproximadamente R\$ 22,7 Milhões, dos quais a Diretoria Administrativa solicitou R\$ 2,7 Milhões para fazer os pagamentos e repasses restantes no início do mês. Portanto, teriam ainda R\$ 20 Milhões restantes. Foi sugerido que se deixasse mais R\$ 3 Milhões para eventuais necessidades de pagamentos. Quanto aos recursos que forem sendo depositados na conta corrente, esses precisariam ser aplicados manualmente por enquanto. Portanto, em relação aos outros R\$ 17 Milhões, foi sugerido as seguintes aplicações, para serem realizadas ainda no mês de janeiro de 2026:

APLICAÇÕES PARA JANEIRO DE 2026

RESGATES			
ENQUADRAMENTO	CNPJ	FUNDO	VALOR
Artigo 7, Inciso III, a Resolução 4.963/2021	14.508.643/0001-55	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES RESP LIMITADA FIF CIC RF SIMPLES	R\$ 17.000.000,00
TOTAL			R\$ 17.000.000,00

**Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal de 2026,
realizada no dia 27 de janeiro de 2026.**

APLICAÇÕES			
ENQUADRAMENTO	CNPJ	FUNDO / ATIVO	VALOR
Artigo 7, Inciso III, a Resolução 4.963/2021	26.559.284/0001-44	TREND PÓS-FIXADO RESP LIMITADA FIC RF SIMPLES	R\$ 5.000.000,00
Artigo 7, Inciso I, b Resolução 4.963/2021	03.399.411/0001-90	BRANCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENTA FIXA REFERENCIADO DI	R\$ 12.000.000,00
TOTAL			R\$ 17.000.000,00

A proposta de alocação de recursos foi aceita por unanimidade dos membros do Comitê de Investimentos presentes na reunião e seguiu para análise do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. Os membros do Conselho Conselho Fiscal presentes na reunião aprovaram a proposta encaminhada pelo Comitê de Investimentos.

03 – Atualização/Credenciamento das Instituições e Produtos de Investimento: Antes da realização de qualquer aplicação é necessário que as Instituições Financeiras e seus respectivos produtos de investimento sejam devidamente credenciadas perante o IpojucaPrev, com aprovação do Comitê de Investimentos e análise dos Conselhos para que assim possa ser verificado e analisado detalhadamente as condições de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez previstas na Resolução CMN nº 4.963/2021 e os demais critérios como: atos de registro ou autorização expedido pelo Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente quando aplicável; observação de elevado padrão ético das empresas e regularidade fiscal e previdenciária das instituições que visam receber as aplicações dos RPPS seguindo a Portaria MTP 1467/2022. No âmbito do Município, a regulamentação é feita pelos seguintes documentos: Portaria nº 119, de 09 de novembro de 2017 (atualizada pela Portaria nº 69, de 02 de Junho de 2021) e a Portaria nº 70, de 02 de Junho de 2021. No mês de janeiro de 2026, não foram analisados os documentos jurídicos, financeiros, fiscais e técnicos de instituições financeiras e seus fundos, para renovação ou realização de um novo credenciamento.

04 - Atualização da Política de Investimentos para o ano de 2026: A Política de Investimentos com base na Resolução CMN 4.963/2021 havia sido discutida e ajustada durante a 4ª Reunião Extraordinária dos órgãos colegiados ocorrida no dia 15 de dezembro de 2025. Porém, com a publicação da Resolução CMN 5.272/2025, a Política de Investimentos para o ano de 2026 deveria ser refeita, com um novo prazo até o final de janeiro de 2026, fazendo os ajustes necessários à nova resolução. Portanto, foi apresentado uma nova Política de Investimentos, enfatizando as mudanças ocorridas. A proposta está de acordo com o que determina a legislação vigente e especialmente a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 5.272/2025 e a Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social nº 1.467/2022, e as suas atualizações. Tendo vigência para todo o ano de dois mil e vinte e seis. A Política de Investimentos foi aberta e apresentada ponto a ponto, dando destaque aos principais pontos, tais como: modelo de gestão própria, de acordo com os limites de alçada definidos anteriormente aprovados. Apesar disso, foi destacado que as reuniões do Comitê continuarão a ser realizadas em conjunto com os Conselhos, dando total ciência desses órgãos

**Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal de 2026,
realizada no dia 27 de janeiro de 2026.**

sobre o processo decisório e a motivação das aplicações e/ou resgates; Seguem as principais informações destacadas: Modelo de gestão adotado será o de gestão própria, utilizando a estrutura de governança do próprio RPPS; Os limites de alçadas de responsabilidades e financeiras foram definidos, conforme deliberação previa, ocorrida na 4ª reunião ordinária dos Órgãos Colegiados do IpojucaPrev, realizada no dia 29 de abril de 2021, os parâmetros de rentabilidade a serem perseguidos, que deverá ser de 5,62%, já considerando a taxa definida pela Portaria MTP 2.010/2025, de acordo com o Duration do passivo do FUNPREI, que foi de 15,22 anos (5,47%), calculado pela Actuarial. Além disso, de acordo com a previsão do § 4º do art. 39 da Portaria 1.467/2022, sendo acrescida em 0,15 a cada ano em que a carteira de investimentos atingiu a meta atuarial nos últimos 5 anos (meta atingida em um ano, portanto + 0,15%). Compondo uma meta de 5,47% para o ano de 2025. O Sr. Marcelo Marinheiro informou que esse acréscimo foi utilizado, visando um melhor resultado atuarial e redução do déficit atuarial; A estratégia de alocação para o ano de 2026 teve alterações significativas com a vigência da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 5.272/2025. Considerando que atualmente o IpojucaPrev está sem pró-gestão, a nova resolução permite apenas aplicações em fundos formados por 100% Títulos Públicos, Compra direta de Títulos Públicos realizadas ou no leilão do governo ou por meio de plataforma eletrônica, podendo manter até 5% em empréstimo consignado. Portanto, a metodologia para a definição dos limites que havia sido definida anteriormente, teve que ser alterada, sendo implantada a seguinte estratégia alvo: As aplicações no “Art. 7º, Inciso II - Títulos Públicos (oferta primária ou plataforma eletrônica)” terão estratégia alvo em 43,07%, conforme dados do último ALM. Os limites mínimos e máximos foram de 100% a mais ou a menos em relação à estratégia alvo e aplicações no “Art. 7º, Inciso I - FI RF e ETF 100% Títulos Públicos” terão estratégia alvo do restante da carteira, ou seja 56,93% Os limites mínimos e máximos foram de 100% a mais ou a menos em relação à estratégia alvo.

O parágrafo primeiro do art. 27 da Resolução 5.272, os RPPS terão dois anos contados a partir da entrada em vigor desta Resolução para adequar sua carteira aos limites impostos pela nova norma. Podendo este prazo ser estendido para os investimentos que estabeleçam, à época da aplicação, prazos para vencimento, resgate, carência ou para conversão de cotas poderão ser mantidas até o final de seus respectivos prazos. Considerando que o IpojucaPrev mantém uma carteira diversificada entre as estratégias de alocação previstas na resolução anterior, será dada a preferência pela manutenção das aplicações, dentro do prazo estipulado, enquanto o processo de renovação do pró-gestão continua sendo realizado. De toda forma, novas aplicações nesses artigos estão totalmente vedadas, por força da vedação da resolução CMN 5.272

A metodologia de rebalanceamento discutida e apresentada na versão anterior da Política de Investimentos de 2026, na vigência da resolução CMN 4.963/2021, visando mitigar concentrações excessivas e realinhar a composição da carteira de investimentos aos percentuais definidos na Estratégia de Alocação da Política de Investimentos, não foi incluída, pois as aplicações foram bem limitadas pela resolução CMN 5.272/2025. Portanto, o plano de contingência manterá a metodologia de acompanhamento e revisão mensal, após a análise dos indicadores de retorno e risco dos ativos.

**Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal de 2026,
realizada no dia 27 de janeiro de 2026.**

Após a certificação do pró-gestão, a política de investimentos será revisada, alterando as estratégias de alocação e reinserindo regras de rebalanceamento e planos de contingência.

Depois de abordado todos os temas contidos na minuta da Política de Investimentos, o Sr. Marcelo Marinheiro, perguntou aos membros do Comitê e aos conselheiros se, perante o apresentado, a minuta da política de investimentos que foi enviada antecipadamente por e-mail a todos os presentes, se alguém tinha alguma dúvida, sugestão ou questionamento à política apresentada. Todos os membros do Comitê de Investimentos presentes na reunião aprovaram por unanimidade a minuta da Política de Investimentos para o ano de 2026. Em seguida, a Política também foi aprovada por todos os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal presentes na reunião.

05 - Proposta de Calendários de Reuniões dos Órgãos Colegiados para o ano de 2026: Foi apresentada proposta de calendário para a realização das reuniões ordinárias do Comitê e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal referentes ao exercício de 2026, mantendo-se o padrão de realização na última quarta-feira de cada mês, com algumas exceções previamente indicadas. Deliberou-se que os membros procederiam à análise das datas propostas e, na próxima reunião, apresentariam eventuais sugestões de alteração, caso fosse identificada alguma incompatibilidade. Ficou ainda acordado que as reuniões continuarão a ser realizadas de forma conjunta entre os Conselhos e o Comitê.

06 - Fim do Mandato e Renovação das portarias dos Conselhos Deliberativo e Fiscal do IpojucaPrev: Foi informado sobre o fim do mandato dos conselhos deliberativo e fiscal. Em 03 de fevereiro de 2023, foi publicada a Portaria nº 7.679/2023, na qual foram designados membros para o Conselho Deliberativo e estabelecia um mandato até 04 de fevereiro de 2026, conforme prazo previsto no §2º do art. 64 da Lei nº 1442/2006. No mesmo dia 03 de fevereiro de 2023, foi publicada a Portaria nº 7.678/2023, na qual foram designados membros para o Conselho Fiscal e estabelecia um mandato até 04 de fevereiro de 2026, conforme prazo previsto no §2º do art. 66 da Lei nº 1442/2006. Portanto, foram solicitadas as indicações para os órgãos responsáveis, de acordo com a Lei nº 1442/2006, que são o prefeito, o presidente da câmara e sindicato dos servidores. Assim que forem recebidas as indicações, será enviada a solicitação para emissão da nova portaria, que terá vigência a partir de 04 de fevereiro de 2026;

07 - Prestação de Contas do mês de Dezembro/2025 – Diretoria Administrativa Financeira: O Presidente Executivo do IpojucaPrev, Sr. Eduardo José da Silva fez a prestação de contas e apresentação dos dados quantitativos e qualitativos do RPPS referentes ao mês de Dezembro de 2025, informando: os totais de atendimentos protocolados, bem como a principal natureza dos mesmos, o resumo das ações da CPL (Comissão Permanente de Licitação), o quantitativo e qualitativo da folha de pagamento, os totais de despesas, contribuições previdenciárias e receitas orçamentárias do FUNPREI, bem como, o demonstrativo de acompanhamento da taxa administrativa do IpojucaPrev do mês de referência da prestação de contas. A

**Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal de 2026,
realizada no dia 27 de janeiro de 2026.**

Diretoria Administrativa e Financeira colocou-se à disposição para prestar maiores esclarecimentos sobre os dados e suas atribuições.

O Presidente Executivo do IpojucaPrev, Sr. Eduardo Silva, bem como outros membros presentes na reunião, registraram seus sinceros agradecimentos pela colaboração, atuação dedicada e participação ativa dos membros dos Órgãos Colegiados junto à Diretoria Executiva do IpojucaPrev ao longo do ano de 2025, reconhecendo a importância do compromisso e do trabalho conjunto para o fortalecimento da gestão previdenciária.

Tendo abordado todos os assuntos previstos na pauta e sem mais nenhuma observação dos presentes, o Diretor de Investimentos do IpojucaPrev, Sr. Jose Carlos de Aguiar, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

**Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal de 2026,
realizada no dia 27 de janeiro de 2026.**

Os anexos pertencentes da ata são:

- 01 – Relatório de Acompanhamento da Política de Investimentos - Dezembro de 2025;
- 02 – Relatório Analítico de Investimentos - Dezembro de 2025;
- 03 – Apresentação dos Resultados - Dezembro de 2025;
- 04 – Proposta de Alocação para Janeiro e Fevereiro de 2026;
- 05 – Política de Investimentos para o ano de 2026;
- 06 – Proposta de Calendário de Reuniões Ordinárias dos Órgãos Colegiados para o ano de 2026;
- 07 – Apresentação da Diretoria de Investimentos;
- 08 – Balancetes de Receitas e Despesas do FUNPREI - Dezembro de 2025;
- 09 – Balancetes de Receitas e Despesas do IpojucaPrev - Dezembro de 2025;
- 10 – Apresentação da Diretoria ADM Financeira - Dezembro de 2025;

Composição Do Conselho Fiscal		
Nome	Matrícula	Membro
Marcio Fernando Soares Da Silva	180006-0	Titular
Jimmy De Lima Pessoa	180047-7	Suplente
Anderson Jofre Gomes Da Silva	66615/1	Titular
Gabriela Farias Gomes Bezerra Veras	70235/1	Suplente
Severino Paulo Da Fonseca	650	Titular
Adriclélia Ramos Silva Oliveira	70569	Suplente
Severino Gonçalves De Assis Guerra	013	Titular
João Luiz Da Silva	591	Suplente

ATA 1ª Reunião Ordinária - Conselho Fiscal pdf

Código do documento 0bdc2bf-aaf8-4fb4-9da2-9dff13f762c2

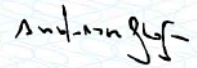
Anexo: 01. Rel. de Acompanhamento P.I. 12-2025.pdf
Anexo: 02. Relatório Analítico 12-2025.pdf
Anexo: 03. Apresentação dos Resultados 12-2025.pdf
Anexo: 04. Proposta de Alocação 02-2026.pdf
Anexo: 05. Política de Investimentos 2026.pdf
Anexo: 06. Proposta de Calendário 2026.pdf
Anexo: 07. Apresentação - Dir de Investimentos.pdf
Anexo: 08. Balancetes FUNPREI 12-2025.pdf
Anexo: 09. Balancetes IpojucaPrev 12-2025.pdf
Anexo: 10. Apresentação - Dir. ADM Financeira.pdf



Assinaturas



Anderson Jofre Gomes da Silva
andersonjofre@hotmail.com
Assinou



Gabriela Farias Gomes Bezerra Veras
gabifarias_14@hotmail.com
Assinou

Gabriela Farias Gomes Bezerra Veras



Márcio Fernando Soares da Silva
marciof0211@gmail.com
Assinou

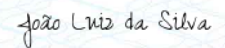


ADRICLELIA RAMOS SILVA OLIVEIRA
adrirdsilva@gmail.com
Assinou

ADRICLELIA RAMOS SILVA OLIVEIRA



João Luiz da Silva
Joaoluiz123@outlook.com
Assinou



Eventos do documento

28 Jan 2026, 14:56:09

Documento 0bdc2bf-aaf8-4fb4-9da2-9dff13f762c2 **criado** por MARCELO VILAS BOAS MARINHEIRO DA SILVA (9ca0d6e9-2dc0-4b7a-9919-ee34f26451b3). Email: d.invest.ipojucaprev@hotmail.com. - DATE_ATOM: 2026-01-28T14:56:09-03:00

28 Jan 2026, 14:57:10

MARCELO VILAS BOAS MARINHEIRO DA SILVA (9ca0d6e9-2dc0-4b7a-9919-ee34f26451b3). Email: d.invest.ipojucaprev@hotmail.com. **REMOVEU** o signatário **andersonjofre@hotmail.com** - DATE_ATOM: 2026-01-28T14:57:10-03:00

28 Jan 2026, 15:03:36

Assinaturas **iniciadas** por MARCELO VILAS BOAS MARINHEIRO DA SILVA (9ca0d6e9-2dc0-4b7a-9919-ee34f26451b3). Email: d.invest.ipojucaprev@hotmail.com. - DATE_ATOM: 2026-01-28T15:03:36-03:00

28 Jan 2026, 16:22:25

MÁRCIO FERNANDO SOARES DA SILVA **Assinou** (d6f874c3-e2f7-42b9-b717-eb18fbc78084) - Email: marciof0211@gmail.com - IP: 191.58.110.219 (191.58.110.219 porta: 50240) - Documento de identificação informado: 024.869.914-84 - DATE_ATOM: 2026-01-28T16:22:25-03:00

29 Jan 2026, 12:10:12

ANDERSON JOFRE GOMES DA SILVA **Assinou** (ade1dddb-1fc3-4deb-acfa-3171855aee21) - Email: andersonjofre@hotmail.com - IP: 179.189.242.58 (179.189.242.58 porta: 36774) - Documento de identificação informado: 013.595.874-11 - DATE_ATOM: 2026-01-29T12:10:12-03:00

29 Jan 2026, 12:30:47

GABRIELA FARIAS GOMES BEZERRA VERAS **Assinou** - Email: gabifarias_14@hotmail.com - IP: 179.189.242.58 (179.189.242.58 porta: 63544) - **Geolocalização:** -8.399936583819265 -35.063757196642435 - Documento de identificação informado: 093.373.314-38 - DATE_ATOM: 2026-01-29T12:30:47-03:00

29 Jan 2026, 12:30:57

JOÃO LUIZ DA SILVA **Assinou** (715eb890-438f-4fce-ab13-cab898f13444) - Email: Joaoluizs123@outlook.com - IP: 179.189.242.58 (179.189.242.58 porta: 44694) - Documento de identificação informado: 760.211.308-04 - DATE_ATOM: 2026-01-29T12:30:57-03:00

29 Jan 2026, 15:52:32

ADRICLELIA RAMOS SILVA OLIVEIRA **Assinou** - Email: adrirdsilva@gmail.com - IP: 200.124.166.193 (200.124.166-193.nexus.telecom porta: 28388) - **Geolocalização:** -8.022324595145259 -34.89777653415848 - Documento de identificação informado: 091.525.334-84 - DATE_ATOM: 2026-01-29T15:52:32-03:00

Hash do documento original

(SHA256):5651509506c44c8f170ddd87a0db7260eae45196c2b97ca134d767c332bd61d4
(SHA512):2550133e9966452df6a0f06cae8ef906033a11aa9ead1fbc8f1bb52f89cc99481bb60bfe064f7c4dd62bcb71a1377e94a7b20e4612bb93dd69333f43e5408d7a

Hash dos documentos anexos

Nome: 01. Rel. de Acompanhamento P.I. 12-2025.pdf

(SHA256):8150c72f26127d5da0881b453eee4a6b41128b86c7ebb2efefac4f3204bc2cfb
(SHA512):7cf93963ad95523c2285710529c189e317a8e37dc1ce97c75dcf81c988b40f9eb16397311efaf622c4789bb898d2958f31d9905f49e1bfd5cc24784a0c99dd91

Nome: 02. Relatório Analítico 12-2025.pdf

(SHA256):c23218478c5572c53f15dcd9a443c87cf14bdec42bb8f1b039f91f4cd09eb175
(SHA512):c7b395974ca4cbebb32f7cae8e60ae12edfcdcf3be223c4d20bc201fff6c971e23cfafb071af9e4b1361bcb992fb9e913cdec040869545034004d621b18508893

Nome: 03. Apresentação dos Resultados 12-2025.pdf

(SHA256):27b778b32e0d8e5cd7087ef18f7b309fd01355d7b625b698df4668726375a30c
(SHA512):6d76b2fd267286f2fd8f6e1bc82001988e50644f9ba2086c430234f0e433b0e0e8a72810603ff1fda8f85390f1a7867d38655c7503f03a95ccfafa3b62deaed1

Nome: 04. Proposta de Alocação 02-2026.pdf

(SHA256):a03272c3ac388c04fe86bf8f79c06a79ede4de3c0d04827e5b4a8c3f38e0c302
(SHA512):e7f247ae266b7bf98da670436daa2b7aeac76433241f049f593f700d8d6f8735b6fdbb6b2665aa55d242102b7c47a435a7999a24179e43de1f0933a137ff59aeb

Nome: 05. Política de Investimentos 2026.pdf

(SHA256):220750f7065c2b43e0c6c8e16695b9bc8025435886ac93c1a78df7dcad34516a
(SHA512):bb70db2356f17bc7ffb41a185341b23c9b90efcd066fe222a1cfa86199825659a0e83a18339eed2a29783afec7f9004afe9912703a6339f983ae489c107a023

Nome: 06. Proposta de Calendário 2026.pdf

(SHA256):a9b04e767fd2c12d4da6af365117bc6448ca15ea901ec00a535692fdf1942104
(SHA512):fdfbb720c52ee7312d1999059015bdc437744b9178c53edd7c8e00884dd0e71230df7832eed6d51df439bac0369b8ece9ae0819a97a28e5ddd24862458435c6b

Nome: 07. Apresentação - Dir de Investimentos.pdf
(SHA256):740e5875ffb243e8c88caf42a658c8e0ca4d6cad62e749afe5f1e10676d845
(SHA512):a6dd74b7a72e061dd237a62c06f199c28a5d42b64d8c6ffb390c6a0bea4db214cc9543897727584eeb4b24827e67e0d68400544055191d8b31512c294f6f6405

Nome: 08. Balancetes FUNPREI 12-2025.pdf
(SHA256):ec45edd102a00ae08254e9b145fc366bf5a34707f6b6eee711a2f304d888f536
(SHA512):325e9401c7be0ebb911e64bf77cab871b76909e5af81a696b77a947757a278e6197b5d3ce4cd49fd738fa32c77e5bf828120771486f6cb6fabbb682e4ff0f841

Nome: 09. Balancetes IpojucaPrev 12-2025.pdf
(SHA256):95866803977b41849c27a32533009f9884403a60c8949c0600ff47cab6e4d8f3
(SHA512):65c565827a5ed98f4a6fef96590d80295ba5eaca268f51709ee8fbf3b69989a11731dc635d104bf5eb96f187011c4efd1ca6bc469ae8f01b4b43c4140789a819

Nome: 10. Apresentação - Dir. ADM Financeira.pdf
(SHA256):c22200501eb92e4e3b075487845054eeba3e55b1313e3de8fd9a605b23321242
(SHA512):cc31ae3930632e424f638e34465bd3cf595f1e30ebe3fa5ccd90abbcb699ffb77818e0d9c803cff5fa8b915b34c504df40d8acac3989cf2152342fb60707708a

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.